

Similaridades e divergências nas históricas econômicas da Argentina e do Brasil de 1870 a 1930: elementos para uma discussão *

Maria Heloisa Lenz^{**}

Introdução

A história dos processos de desenvolvimento dos países latino-americanos foi profundamente marcada por seu passado colonial, por suas relações com as nações hegemônicas e pelo contexto econômico e político vigente ao longo do tempo.

O século XIX pode ser caracterizado como um marco de mudança em relação ao sistema de relações internacionais entre os países latino-americanos, pois, por um lado, inaugurava o domínio do sistema anglo-saxão, significando a liderança da Grã-Bretanha com a defesa do livre comércio entre as nações; e, por outro lado, representou a falência do modelo mercantilista europeu do século XIV, no qual Portugal e Espanha sobressaíram como os países mais importantes. Dentro desse cenário, o Brasil e a Argentina despontaram como os principais protagonistas nos processos de desenvolvimento que marcaram a América Latina nos séculos XIX e XX. É evidente que esses processos foram diferenciados, a começar pelas próprias políticas de colonização espanhola e portuguesa que lhes deram início e que marcaram profundamente as trajetórias desses países, mas também guardam semelhanças extremamente importantes que merecem ser identificadas.

O trabalho aqui proposto pretende a realização de um painel comparado das principais características dos processos de desenvolvimento econômico do Brasil e da Argentina para o período compreendido entre 1870 e 1930, no sentido de captar as trajetórias enfrentadas por esses países no decorrer desses processos. Uma importante parte de atenção será dedicada ao século XIX, em virtude deste ter sido definidor para as trajetórias que se seguirão e também por se constituir um período muito pouco estudado na história econômica de ambos os países.

Este artigo discute essas questões em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta uma discussão de alguns trabalhos clássicos sobre os processos de desenvolvimento econômico do Brasil e da Argentina. Na segunda

* O presente artigo utiliza-se de partes da minha tese de doutorado: "Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870-1930: A Belle Époque", defendida em maio de 2001 no Curso da Pós-Graduação em História da UFRGS e insere-se dentro da linha de pesquisa "Argentina e Brasil: Estudo Comparado dos Processos de Crescimento Econômico no Período 1870-1970". Gostaria de agradecer a minha amiga Prof. Sílvia Horst Campos pelas valiosas sugestões à versão original lembrando que, evidentemente, os possíveis erros e incorreções existentes no trabalho são de minha inteira responsabilidade.

** Economista e Doutora em História, Pesquisadora da FEE e Professora Adjunta da UFRGS.

serão apresentadas as semelhanças e divergências detectadas nos padrões de crescimento econômico brasileiro e argentino na virada do século XIX e início do século XX.

1. Os processos de desenvolvimento econômico do Brasil e da Argentina no final do Século XIX e início do Século XX: revisão de alguns trabalhos clássicos

Esta parte tem como o objetivo realizar uma revisão de alguns trabalhos clássicos sobre o desenvolvimento da América Latina e sobre as histórias econômicas do século XIX e XX da Argentina e do Brasil, iniciando por autores identificados com o pensamento da CEPAL, como Furtado e Ferrer, passando por outros de diversas tendências e escolas, entre eles, Díaz-Alejandro e Rapoport e terminando com os institucionalistas, como Thorp e Bulber-Thomas. Também são examinados trabalhos específicos sobre a Argentina e o Brasil assim como autores que realizaram estudos comparados, a exemplo de Lewis e Vitelli. A leitura destes trabalhos norteará a identificação dos traços de divergência e semelhança nas trajetórias econômicas dos dois países, nos aspectos referentes à questão do crescimento, a caracterização do modelo agro-exportador e de sua plena vigência, a questão da infra-estrutura e suas soluções, como a construção das estradas de ferro, e o processo de industrialização, entre outros.

Um trabalho clássico sobre o desenvolvimento das economias latino-americanas é, sem dúvida, o trabalho de Prebisch (1963), cuja teoria da deterioração dos termos de intercâmbio entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos influenciou toda uma geração de escritores e alicerçou o pensamento da CEPAL. Segundo o pensamento cepalino, a história e as relações da América Latina apresentaram-se como uma variante da divisão internacional do trabalho, numa concepção de centro e periferia, sendo a exportação a principal atividade dos países periféricos, com todas as decorrências que esse atrelamento externo traz. O modelo primário-exportador característico dos países latino-americanos acarretou fortes barreiras econômicas e sociais para o desencadeamento do processo de substituição de importações via industrialização e por isso só nas crises teria lugar o crescimento da indústria. No que se refere aos entraves econômicos, Prebisch (1963), destacou o pequeno tamanho do mercado interno, a inexistência de poupança interna e a falta de conhecimento tecnológico.

Ainda dentro da tradição cepalina, Furtado (1959) examinou a economia exportadora brasileira através de uma periodização em ciclos desde o seu descobrimento, destacando as mercadorias que funcionaram como um produto principal na determinação

do dinamismo da atividade econômica, que por sua importância tornou-se referência nos trabalhos sobre a América Latina. Ele subdividiu a evolução da economia brasileira em dois grandes períodos: a vigência do modelo agro-exportador, com vários ciclos econômicos, antes dos anos 1930 e o posterior início do processo de substituição de importações, periodização que desencadeou uma série de outros trabalhos de autores latino-americanos.

Furtado (1959) começa sua análise com o exame dos fundamentos econômicos da ocupação territorial do Brasil, mostrando que a opção feita pela coroa portuguesa para a base da economia colonial foi a da monocultura da cana-de-açúcar, significando grandes propriedades, trabalho escravo e modelo agro-exportador. Tal opção imprimiu um traço completamente diferente ao país, fazendo com que muitos autores inclusive atribuam a raiz de subdesenvolvimento brasileiro ao fato do Brasil de ter sido uma colônia de exploração e não de povoamento.¹

No século XVIII, iniciou-se o próximo ciclo da economia brasileira, a economia escravista mineira, que tinha como polo dinâmico a obtenção de metais preciosos. Segundo Furtado (1959), a mineração representava uma atividade econômica com características bastante diferentes da cana-de-açúcar: não era monocultura nem se baseava em latifúndio. Esse ciclo teve importantes conseqüências, tais como: o deslocamento do núcleo dinâmico da colônia para o seu centro, a integração econômica, a instalação do setor público, o crescimento demográfico da colônia e a introdução de novas classes sociais, como escravos libertos e a classe média. O próximo período foi caracterizado pelo atraso relativo da economia brasileira devido ao estancamento das exportações brasileiras. A grande mudança aconteceu na metade do século XIX, quando ocorreu o início do predomínio da cultura do café, concomitantemente à configuração de uma nova divisão internacional do trabalho. Não havendo mais sentido na manutenção da economia colonial, os países industrializados passaram a procurar as colônias para exportar capital, manufaturas e, principalmente, para baratear o custo de produção das mercadorias, como, por exemplo, o café. Inicialmente a cultura era baseada no escravismo e conduzida pelos

¹ Na verdade, existiu um amplo debate sobre se o sistema colonial brasileiro poderia ser considerado como um modo de produção, segundo a definição corrente. Para Novaes (1981) não existe um modo de produção próprio, pois quem comandava a economia colonial era o capitalismo europeu. Já Castro (1982) diz que o sistema colonial tinha uma formação econômica independente. Werneck Sodré (1973) acredita na existência de um modo de produção escravista/feudal, assim como Gorender (1977). Por outro lado, Prado Junior (1973) defende a existência de um modo de produção capitalista/ pré-capitalista, pois era orientado para o mercado, visando ao lucro.

barões do café, monarquistas e latifundiários, caracterizando o modelo primário exportador. Em meados do século XIX, para enfrentar os custos de produção, os cafeicultores passaram a adquirir novas terras e/ou novos escravos. A segunda opção esbarrou na posição inglesa de defesa da abolição da escravatura e a solução final foi o café ocupar novas terras e, nestas, utilizar mão-de-obra assalariada imigrante. Assim, o ano de 1870 marcou o início do segundo tipo de exploração do café no Brasil, com o aumento relativo do setor assalariado e a utilização dessa renda na formação de um mercado interno no país.

O período compreendido entre 1890-1900 foi extremamente favorável para o café brasileiro, embora os preços começassem a declinar no mercado internacional. A crise de 29, já encontrou a cultura do café extremamente vulnerável, caracterizando um desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda. Na impossibilidade de obtenção de créditos no exterior para financiar os estoques, o governo novamente optou pela desvalorização cambial. A crise do setor cafeeiro provocou o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira desse setor para o industrial. A decisão de continuar a financiar os produtores de café através da acumulação de estoques teve como principal efeito na crise de 29 a manutenção da procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador brasileiro. Esse fato juntamente com a desvalorização cambial de 40%, a qual contribuiu para o encarecimento das importações, a existência de capacidade ociosa nas indústrias brasileiras que produziam para o mercado interno, e a presença de uma pequena indústria de bens de capital nacional, explicam a ascensão do setor industrial, que, a partir de então, passa a ser o pólo dinâmico da economia brasileiro. Furtado (1959), assim enfatiza a importância dos períodos de crise na atividade exportadora - I Guerra Mundial (I GM) e Grande Depressão - para o desenvolvimento e crescimento da produção industrial, em decorrência da inibição da capacidade de importar. Essa sua posição ficou conhecida na literatura como a teoria dos “choques adversos”.

Em outro trabalho Furtado (1963), ao fazer uma rica comparação entre os processos de desenvolvimento econômico do Brasil e Argentina, concluiu que o decisivo para o desta última foi a elevação da produtividade, que ocorreu em consequência da expansão da economia exportadora, diversificando a composição da demanda global no sentido de dar origem a “um aumento mais que proporcional da demanda de produtos manufaturados”. Para Furtado (1963), os “países vazios” como a Argentina, onde a agricultura extensiva impunha um uso intensivo do fator trabalho e, por conseguinte, salários relativamente

altos, apresentavam condições ótimas para que a economia de exportação engendrasse, rapidamente, um importante mercado interno de manufaturas. No Brasil, a zona cafeeira de São Paulo tinha, parcialmente, as características dos pampas do Cone Sul: zona “vazia”, com necessidade de atrair mão-de-obra do exterior, dada a abolição da escravatura em 1888. Porém, no conjunto da economia brasileira, o efeito diversificador sobre a demanda teria sido menor do que no caso argentino.

Segundo Cardoso e Brignoli (1979), a análise de Furtado, embora rica, é insuficiente. O que explicaria, por exemplo, que a Argentina tenha tido um processo de industrialização desde épocas mais relativamente remotas, enquanto outros países, como o Uruguai, continuavam sempre dependendo da importação de bens de consumo manufaturados? Segundo o autor, boa parte dos estudos da CEPAL explicavam uma determinada crise das economias de exportação, por exemplo, em 1913 ou 1929, quase exclusivamente pela ação dos fatores externos e consideravam o “desenvolvimento para fora” como uma espécie de idade dourada interrompida pela crise de 1930. No caso da Argentina, a questão a ser examinada era se as condições internas do desenvolvimento agro exportador estariam ou não já devidamente alteradas, em 1929, e por isso exigindo uma redefinição que a crise somente acelerou. Para eles as economias latino americanas do século XIX caracterizaram-se basicamente por serem economias de exportação, apresentando variações conforme as diversas situações históricas da época, embora apresentassem algumas características comuns tais como: divisão de trabalho entre países industrializados e países produtores de matérias-primas; uma corrente de capitais estrangeiros, investidos basicamente em ferrovias e bancos; um controle total dos países industriais sobre os circuitos comerciais externos e as grandes empresas de navegação; e uma grande sensibilidade à conjuntura metropolitana, cujos efeitos faziam-se sentir na totalidade da economia exportadora. De todas essas características, o papel mais importante foi o desempenhado pelos investimentos estrangeiros.

Maria da Conceição Tavares (1972), outra importante representante do pensamento cepalino, ao discutir o processo de industrialização brasileiro também mostrou que nas economias ditas periféricas, diferentemente do que acontece com as economias centrais, onde a dinâmica era dada pelo investimento autônomo, o principal elemento dinamizador era o setor exportador. A sua tese central é de que o processo de industrialização foi impulsionado pelos estrangulamentos externos, em razão do mesmo desencadear a necessidade do processo de substituição de importação.

A hegemonia do pensamento cepalino foi rompida pela publicação de uma série de trabalhos, entre os quais o de Peláez (1972), Villela/Suzigan (1973), Versiani e Versiani (1977) e Fishlow (1972). De comum nessas teses destacam-se: a crítica ao papel das exportações no desencadeamento do processo de industrialização; a argumentação de que a industrialização no Brasil é anterior a 1930; e a idéia da existência de complementaridade e não de oposição entre os setores em foco da economia. Peláez (1972) foi o primeiro autor a defender a tese da complementaridade entre os setores agrário-capitalista e o industrial, e também de que o início do processo de industrialização brasileiro data do período 1909/1913. Na montagem dessa tese, ele privilegia a cultura do café, principalmente das suas exportações, como geradora da renda necessária para a industrialização, vendo essa cultura como motor do desenvolvimento que se seguiu. Dessa forma, as políticas que eram elaboradas para a promoção do café não constituíam obstáculo à industrialização, mas, pelo contrário, beneficiavam-na.

Em um recente trabalho, Leff (1991) examinou as mudanças ocorridas na estrutura da história econômica brasileira para o período 1822-1947, com o objetivo de explicar tanto o atraso da economia brasileira do século XIX, como o seu padrão de um ritmo de crescimento lento da renda *per capita* na maior parte do século XIX e de mudança no final do século para expansão econômica sustentada, com mudanças estruturais.

Segundo ele toda e qualquer análise das mudanças estruturais ocorridas durante o século XIX deve incluir necessariamente uma discussão sobre o papel e a dimensão do comércio exterior do país e sobre o crescimento das exportações. Mas para explicar o crescimento modesto na renda *per capita* entre 1822 e 1913 experimentado pelo Brasil também seria necessária a desagregação entre as regiões Sudeste e Nordeste, pois elas tiveram experiências diferentes em suas atividades de exportação e também domésticas. O aparecimento da disparidade entre os níveis de renda *per capita* entre o Sudeste e o Nordeste, com a supremacia da primeira surgiu em meados do século XIX. As vendas ao exterior de café, produzidas pelo Sudeste, aumentaram muito mais rápidas do que as exportações de açúcar e do algodão, produzidos no Nordeste. A diferença no desempenho nas mercadorias em que as duas regiões se especializaram foi grande o suficiente para transformar a composição do comércio internacional do Brasil. Após 1873, a disparidade no crescimento das exportações aumentou ainda mais, com o café continuando a expandir-se, enquanto o algodão não experimentava nenhuma mudança na tendência e as vendas de açúcar ao exterior experimentaram um declínio absoluto, a uma taxa vertiginosa no

Nordeste, onde vivia a maior parte da população brasileira no período, 42% em 1890, o crescimento foi muito lento e, portanto, responsável pelo atraso do desenvolvimento econômico geral. Leff (1991), conclui assim que o comércio externo e as exportações produziram efeitos apenas limitados para promover o desenvolvimento generalizado do país.

Em relação ao capital humano, a constatação é de que os seus níveis foram baixos ao longo de todo o século XIX e que a raiz disto está relacionada com dois fenômenos: a escravidão e a imigração. Esta situação, porém, não pode ser atribuída apenas à predominância da escravidão responsável pelo crescimento da população a uma taxa geométrica anual de cerca de 1,8% de 1850 a 1900 e a uma relutância, por razões sociais e institucionais, em investir na educação de escravos, pois em 1877, apenas cerca de 21% da população *livre*, incluindo imigrantes, era alfabetizada. Por outro lado, o Brasil não atraiu muitos contingentes imigratórios até 1870, mas nas últimas décadas do século o declínio da escravatura estimulou o esforço brasileiro para atrair imigração européia. Nesse particular, contudo, os efeitos estruturais teriam sido de menor alcance do que algumas vezes foi sugerido. A imigração, para ele, trouxe grandes benefícios para o desenvolvimento econômico do país e os imigrantes e seus filhos desempenharam importante papel no fornecimento de espírito empresarial para a industrialização e para a modernização do setor rural do Sudeste, cabendo a eles a responsabilidade pela chegada do capital humano no país.

Até o final do século XIX a taxa global de formação de capital do país teria sido baixa, sendo a Grã-Bretanha a principal fonte de investimentos estrangeiros no Brasil do século XIX, sendo que o investimento em infra-estrutura foi crucial para o desenvolvimento do país. Apesar de uma oferta abundante de terra *in natura* o aumento de produtividade foi prejudicado pelos custos de transporte, em razão de o país não possuir uma rede extensa de vias fluviais internas. Em 1835, o país promulgou a primeira legislação concernente a estradas de ferro o que mostra que a construção propriamente de ferrovias começou tarde no Brasil. Parte da construção das estradas de ferro, no entanto, foi financiada através de títulos com juros fixos emitidos pelo governo brasileiro. Além disso, o governo regulamentou as tarifas ferroviárias, sendo ele mesmo era proprietário de parte vultuosa da rede ferroviária nacional. O grande aumento na construção de estradas de ferro para além das áreas de agricultura de exportação só começou no Brasil na década de 1890, e o maior aumento absoluto nas vias ocorreu nos vinte anos anteriores a 1914.

O Estado, então, através da política pública foi importante porque estimulou a construção de estradas de ferro e a importação de mão-de-obra além de ter sido eficaz em manter o seu papel integrador de manter coeso o país, mas não foi capaz de dar ao país um estoque de capital social adequado que poderia ter facilitado um ritmo mais rápido de formação de capital e desenvolvimento.

Leff (1991) identificou o ano de 1889 não só de significativas mudanças institucionais, mas também como o período de mudança no padrão de crescimento do país. Ocorreram duas grandes alterações. A primeira consistiu no desenho de uma nova estrutura constitucional que descentralizou poder e funções e deu aos estados uma autonomia muito maior em assuntos fiscais e em tomadas de empréstimos externos. O federalismo levou a aumentos nos tributos cobrados por alguns estados e a um grande aumento da tomada de empréstimos no exterior por estados e municípios. O novo regime tomou outras medidas desenvolvimentistas: aumentou a proteção tarifária à indústria e ao setor agrícola interno e tomou medidas que levaram a expansão do crédito e a alta da bolsa de valores em princípios da década de 1890, conhecida como “encilhamento”.

Em relação ao início do desenvolvimento sustentado brasileiro para depois de 1890, a segunda grande mudança, o autor tem várias explicações alternativas sendo a principal o desenvolvimento industrial, embora o Brasil dessa época ainda fosse predominantemente uma economia agrária, o que indica que o comércio externo e a industrialização se reforçaram mutuamente, em vez de serem padrões competitivos durante essas décadas. Segundo o autor o comércio internacional em expansão estimulou de três formas o desenvolvimento industrial: 1) as importações forneceram insumos complementares que permitiram a aceleração do desenvolvimento industrial; 2) as exportações e recursos para a infra-estrutura, tais como as estradas de ferro; 3) o crescimento da renda do setor exportador ajudou a criar o mercado interno sobre o qual se baseou a industrialização.

Houve um padrão de complementaridade entre as exportações e a industrialização que nesse caso, muito longe de serem padrões alternativos, se reforçaram mutuamente.² Na década de 20, o setor exportador agrícola, notadamente o café, experimentou um rápido crescimento da renda, que contribuiu para criar um mercado para a indústria de transformação. Na de 30, contudo, essa fonte de demanda declinou com a retração dos mercados internacionais.

² É importante notar que o desenvolvimento industrial inicial do Brasil ocorreu ao mesmo tempo e nos mesmos lugares, Rio de Janeiro e São Paulo, no auge das exportações de café.

Para Leff (1991) uma vez que a industrialização baseou-se quase que exclusivamente no mercado interno, a substituição de importações e o crescimento da renda interna foram cruciais para determinar o ritmo do desenvolvimento industrial e que ela foi estimulada por altas tarifas e outras medidas que deslocaram os preços relativos com vantagens para os produtores locais. Assim, o desenvolvimento industrial do Brasil não teve necessidade de “choques externos”, tal como a interrupção da IGM. Muito ao contrário as exportações em alta contribuíram para desenvolver um mercado cada vez mais amplo para bens internamente manufaturados. Isto ocorreu de forma direta, à medida que a renda gerada pelas exportações intensificava a demanda de produtos industriais. Em relação à política econômica, as políticas monetárias e fiscais também mostram a indisposição do país de ser governado pelo padrão-ouro.

Finalmente para Leff (1991), a maioria dos estudos sobre a economia brasileira no século XIX focaliza-se na industrialização tardia e/ou possíveis deficiências do comércio internacional como causa do desenvolvimento econômico, mas para ele a principal razão do lento desenvolvimento geral do Brasil no século XIX situou-se em outra esfera: no setor agrícola interno.

Em relação a trabalhos específicos sobre a economia argentina, primeiramente é necessário fazer referência à obra clássica de Díaz Alejandro (1970). Nesse trabalho o autor dividiu a sua análise da economia argentina em duas etapas: a anterior e a posterior a 1930. Mas a sua preocupação foi tentar explicar por que a Argentina no início do século era colocada entre os países mais avançados junto com os Estados Unidos, Canadá e Austrália e também foi um país que experimentou uma maior renda *per capita* e um dos crescimentos mais acelerados do mundo.³ Faz-se assim necessário estudar o passado em busca de indícios sobre as dificuldades recentes e identificar quando e por que a Argentina começou a perder sua posição relativa entre as nações mais desenvolvidas: se antes de 1930 ou depois dessa data.

Para Díaz Alejandro (1970) a taxa de crescimento da economia argentina para o período 1860/ 1930 teve poucos antecedentes na história mundial. A partir da observação de alguns indicadores, daria para se supor que o PIB real argentino teria crescimento a uma

³ É importante referir que esta rica literatura sobre a Argentina e demais países de grande extensão de terra e escassa população e capital insere-se dentro da chamada *Staple Theory* -*Teoria do Produto Principal* ou dos *Espaços Vazios* de tradição canadense e de autoria de Watkins (1963). Consultar também Forgarty, *Staples, Super-Staples and the Limits of Staple Theory: the Experiences of Argentina, Australia and Canada Compared*; Twomey, *Economic Fluctuations in Argentina, Australia and Canada in the 1920s* em Platt e di Tella, *Argentina, Australia and Canada. Studies in Comparative Development 1870-1965*, Oxford, 1985.

taxa média anual de pelo menos 5% durante os cinquenta anos que precederam a I GM. Esse número é importante quando cotejado com a informação de que, entre 1869 e 1914, a população aumentou a uma taxa anual de 3,4%. A sua explicação para o ponto de partida desse período ser por volta da década de setenta, é que depois de 50 anos de guerras civis, as classes dirigentes argentinas responderam com decisão às oportunidades de crescimento oferecidas pela industrialização europeia e aos avanços tecnológicos dos meios de transporte. A crescente necessidade de alimentos e a expansão ferroviária teriam determinado que, de 1870-80 em diante, houvesse um rápido aumento das exportações de gado e de cereais, que passaria a caracterizar o período de crescimento sem paralelo da economia argentina, sob o modelo primário exportador. É deste autor a famosa expressão para descrever a escolha argentina desse padrão de crescimento econômico: *commodity lottery*. Foi dessa sua extremamente positiva visão do comportamento deste período da economia argentina, ao inclusive equiparar o crescimento da economia argentina às economias de colonização recente como o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália, que surgiu a idéia da *Belle Époque* e de toda a mítica que passou a envolver o período de grande crescimento da economia argentina. A sua explicação para esse período de formidável crescimento é de que ele teria decorrido de importantes mudanças no comércio internacional, sendo as exportações de produtos de origem rural o elemento chave do processo.

A grande expansão de 1860-1930, para Díaz-Alejandro (1970), beneficiou além dos proprietários de terra em maior ou menor medida a todos os grupos importantes vinculados à economia argentina: trabalhadores nativos e imigrantes, capitalistas urbanos, proprietários de terras, investidores estrangeiros. Não obstante, as províncias do noroeste e os trabalhadores rurais obtiveram, em proporção poucos benefícios da grande prosperidade econômica. Os proprietários de terra argentinos, cujos interesses tinham sido até então exclusivamente pastoris, mostraram maior flexibilidade do que na Austrália para aproveitar, com a ajuda dos arrendatários imigrantes, as condições favoráveis que os mercados mundiais de cereais ofereciam.

Em relação ao processo de industrialização argentina, Díaz Alejandro (1970) destaca que a indústria têxtil agregou-se logo à indústria de alimentação, no princípio com componentes importados, situação que foi sendo alterada à medida em que se expandia o cultivo do algodão no país, o que possibilitou o crescimento da indústria de fio de algodão

em substituição ao importado. Em menor escala ocorreu o mesmo com a lã. Sem dúvida, grande parte do crescimento da indústria manufatureira anterior a 1930 pode se atribuído à expansão das exportações. As plantas frigoríficas, as fábricas de produtos lácteos, os moinhos, os estabelecimentos de extratos de quebracho, entre outros, enviavam ao exterior uma parte considerável de sua produção. As atividades mais modernas ocupavam-se da produção de alimentos, destacando-se entre elas os grandes estabelecimentos frigoríficos, as fábricas de cerveja, os moinhos de trigo e engenhos de açúcar.

Aldo Ferrer (1995) realizou um estudo sobre o processo de formação da economia argentina, mediante a diferenciação de etapas históricas, explicitamente seguindo o método adotado por Furtado (1959), definindo quatro etapas perfeitamente diferenciáveis do desenvolvimento econômico argentino. A primeira compreende o período entre o século XVI e o final do século XVIII, e se caracterizou pela existência de várias economias regionais de subsistência, separadas umas das outras e produzindo basicamente para o consumo interno, com baixos níveis de produtividade. A segunda iria do fim do século XVIII até próximo de 1860, sendo definida como uma etapa de transição. Nela surgiu a atividade que iria vincular a Argentina ao mercado mundial: a produção de couros e de outros produtos ligados à criação de gado. Esse período também se caracterizou pela Declaração de Independência da Argentina e pelo aproveitamento da situação geográfica - o Porto de Buenos Aires - como pólo de integração do país aos mercados mundiais. A terceira, da economia primária exportadora, iniciou em 1870, com a incorporação da Argentina ao comércio internacional, tendo sido a mais fecunda, pois foi o período de crescimento da principal atividade que caracterizou o grande desenvolvimento argentino - exportação de carnes resfriadas, e também do desenvolvimento comercial e bancário - só terminando com a crise de 1930. Além da expansão da atividade exportadora, essa etapa também se caracterizou pelo intenso processo imigratório, pela entrada de capital estrangeiro na Argentina e pela consolidação do Estado nacional argentino. A quarta e última etapa começou em 1930 e inaugurou a fase caracterizada por uma economia semi-industrial dependente, caráter derivado da insuficiente integração das diversas fases da produção manufatureira e dos altos preços relativos dos produtos industriais.

Cortés Conde (1997), ao analisar este período afirma que a redução dos custos de transporte marítimo foi o fator mais importante, seguido pelo movimento dos meios de produção capital e mão-de-obra entre os continentes. Para o autor, o exame desse processo apenas pelo lado da demanda internacional não reflete, porém, toda a riqueza e

complexidade desse processo histórico, o qual apresentou outras facetas menos óbvias. O outro lado da explicação refere-se à necessidade de ajustamento do lado da oferta para responder aos aumentos reais ou potenciais da demanda mundial e que se constituiu principalmente na reorganização dessa economia primária. Foi necessário reorganizar a produção para obter mais produtos básicos - cereais e carne- através dos fatores de produção: terra, mão-de-obra e capital. Ao discutir a necessidade de se modificar o padrão de crescimento existente cujo traço mais marcante foi à expansão da produção agropecuária sobre uma quase ilimitada disponibilidade de terra, Cortés Conde (1997), apresenta uma discussão sobre os argumentos do debate existente na historiografia econômica envolvendo as razões do entendimento da necessidade de se induzir a industrialização nesta época.

Um dos principais argumentos era que uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento da indústria na Argentina consistiu em seu mercado interno de dimensões reduzidas, já que seus mercados eram fragmentados, distantes uns dos outros, e não tinham uma escala adequada para competir com as importações. Por outro lado, muitas vezes a taxa de câmbio adotada no país visava primordialmente as exportações, refletindo negativamente no surgimento de outras atividades econômicas, tais como as indústrias. Outras argumentações atribuíam a pequenez do mercado interno à distribuição de renda e à existência de uma estrutura financeira que oferecia crédito a projetos que só podiam lucrar em longo prazo.

No período 1900-1914 o crescimento industrial foi liderado pela indústria alimentícia e têxtil, sendo que a têxtil continuou com seu papel mais dinâmico até a década de 1940, quando essa liderança passou a ser da indústria metalúrgica. O crescimento da indústria têxtil dos anos 1920 foi impulsionado pela expansão do algodão, sendo este produto nesses anos foi a nova e última fronteira agro-pecuária.

Segundo o autor o crescimento industrial parece ter sido maior em períodos de elevadas importações e, como nas décadas de 1910 e 1930, quando as importações foram menores. Para ele isto desmentiria o argumento que o crescimento industrial respondeu às dificuldades do balanço de pagamento.⁴ Segundo seu entendimento as mudanças no ritmo de crescimento da economia argentina na década de 20 e 30 são explicadas por: 1)

⁴ Randal (1978) lembra que na década de 1930 um documento oficial sustentava que enquanto a Argentina produzisse carne ela manteria a sua superioridade, mas tratando-se de industrialização, o “Brasil negro” com seu mercado mais extenso, poderia assumir a liderança na América do Sul.

diminuição do ritmo de crescimento na da industria da oferta de matéria prima agropecuária, à medida que se alcançava a fronteira e não apareciam novas *staples*. 2) mudanças na demanda em função de políticas protecionistas nos mercados dos produtos argentinos. Para ele sob estas condições não era de surpreender que se pedisse proteção para as indústrias que nasciam em condições tão desvantajosas, e que houvesse o desejo que ela fosse mantida indefinidamente. A principal conclusão de Cortés Conde (1997) sugere que o crescimento industrial argentino foi produto do efeito da produção agrícola e ao mesmo tempo resultou limitado pela escassez da diversidade das exportações. Assim, para ele o pujante desenvolvimento industrial coincidente com o crescimento vigoroso das exportações agrícolas foi um dos rasgos mais salientes do desenvolvimento industrial argentino até a IGM. O crescimento das exportações foi um fenômeno que ocorreu juntamente com a organização definitiva do país. A expansão da fronteira foi um processo concomitante ainda que não paralelo, mas foram as características tecnológicas da produção agrícola que promoveram as condições da demanda para um crescimento rápido das atividades secundárias na Argentina.

Em outro trabalho clássico, Rapoport (1988) analisa as transformações ocorridas na economia argentina dando ênfase ao chamado período agro-exportador compreendido entre 1880-1914⁵, segundo as principais variáveis: investimento estrangeiro, população e imigração, o setor agropecuário, o setor industrial e o comércio externo. Ao contrário de outras contribuições, o autor marca o início do período de crescimento, na verdade descontínuo, na década de oitenta, denominando-o, inclusive, de *Proyecto del 80*. Para ele o período de transição, em que se estabeleceram as bases políticas- institucionais e econômicas do processo que se iniciava na década de 1880, estendeu-se de 1852 a 1880, desde Caseros a Roca, quando se completou o processo de constituição do marco institucional e da estrutura política própria de um Estado nacional.

Em relação ao investimento estrangeiro o autor determina duas etapas distintas. A primeira corrente começou com a subida de Bartolomé Mitre à presidência, em 1862, estendendo-se até a crise de 1874/75, representada quase que exclusivamente por capital britânico, destinado basicamente para empréstimos governamentais e aplicação em obras de infra-estrutura e construção das estradas de ferro. Na segunda etapa que se inaugurou

⁵ Em uma publicação recente Rapoport (2000) realizou um extenso e rico trabalho sobre a história econômica, social e política argentina para o período 1880-2000, agregando, assim, novos períodos de análise cobrindo o pós IGM até os dias atuais, que não serão apresentados aqui em função da periodização deste artigo.

em 1880 o investimento estrangeiro, em especial a britânica, teve características diferente a do período anterior, não mais dependia do desenvolvimento do comércio, ainda que o influenciou no médio prazo na verdade a formação do capital social básico da economia agropecuária.

Sobre a importância da imigração no crescimento da população, apresenta os números que demonstram que entre 1885 e 1889, os imigrantes representaram em média de 76% do crescimento anual da população e que entre 1904 e 1910, 58%.

Quanto ao setor produtivo, segundo Rapoport (1988), a expansão da agricultura neste período foi notável, pois de um país importador de grãos e só com 580.000 hectares semeados em 1872, duplicou essa quantidade em 1900, superando os 6.000.000 de ha, aumentando para quase 4 vezes em 1914, com 22.000.0000 de ha e que na verdade, as mudanças na agricultura estiveram estreitamente relacionadas com a evolução do gado; ambos se condicionaram mutuamente. Na sua opinião, após 1890, o aumento da produção agrícola começou a gerar saldos exportáveis e em pouco tempo a Argentina se transformou em grande exportadora de cereais. O mais importante é que isto não se deu em meio ao aumento de preços internacionais, pois estes se encontravam em baixa em meados da década de 90, em grande parte devido à incorporação de novos países agrícolas-granaderos.

No que se refere ao papel do crescimento industrial, até 1913 a indústria jogava um papel secundário no desenvolvimento econômico do país e seu crescimento era menor do que das importações. Entre 1895 e 1913 houve apenas um pequeno progresso em benefício de indústrias ligadas às exportações, como os frigoríficos, o transporte a construção e o consumo local de alimentos. O setor manufatureiro representava escassos 15% do PIB em 1913 e só acontecimentos externos como a IGM, ao fechar os mercados europeus, permitiu iniciar um intenso, ainda que breve processo de substituição de importações que mudaria em parte o perfil industrial do país.

Por último, o autor analisa a questão do crescimento econômico e da estrutura do PIB afirmando que as estatísticas globais sobre o crescimento e a estrutura da economia argentina antes de 1900 não refletem o que realmente ocorreu, porque a década de 80 significou um ponto de inflexão e o crescimento se acelerou nestes anos em comparação com os anteriores. Assim, a expansão ferroviária deu-se entre 1882-1892 e 1905-1914, o crescimento das importações a partir de 1880 e o das exportações no começo da década seguinte. A população teve o seu ápice nos períodos 1885-1890 e 1905-1913 e a área semeada cresceu três vezes entre 1870 e 1890 e duplicaram nos cinco anos posteriores.

Finalmente, caracterizando a Argentina como um país dependente das grandes potências industrializadas, sobretudo européia e com uma base produtiva unilateral e precária, sendo que estas características não lhe permitiram afiançar um processo de desenvolvimento econômico verdadeiramente autônomo e sustentado.

Em um estudo de concepção institucionalista, Thorp (1998) realizou um relato da história da América Latina, retratando a interação entre a formulação de políticas e as estruturas e instituições econômicas, sociais e políticas, buscando elucidar aspectos do desenvolvimento.

Na história econômica do século XX, para Thorp (1998), estaria implícita uma crônica de transformações institucionais. Por instituições estão referidas tanto as organizações costumeiras, tais como o Judiciário, os bancos centrais, como as regras do jogo, tais como os direitos de propriedade e mesmo costumes sociais, os quais constituem todas uma parte importante do pano de fundo que condiciona o comportamento e a resposta dos agentes econômicos. Para ela, a primeira onda de expansão teria sido essencialmente um período de crescimento impelido pelas exportações de produtos primários. Teria havido também escassez de mão-de-obra, problema que a imigração só resolveu parcialmente. Essa escassez não conduziu a uma boa distribuição de renda, com alta remuneração do trabalho, mas a instituições que reprimiam e controlavam a força de trabalho e criavam uma oferta de mão-de-obra que espoliava os camponeses. A desigualdade estaria, assim, profundamente intrínseca no modelo e fazia parte de sua eficácia impulsionar o desenvolvimento. Desta maneira, a fase de crescimento impulsionado pelas exportações teria configurado e cimentado a estrutura de distribuição de renda e as instituições responsáveis por ela. A desigualdade constituía um aspecto funcional da eficiência da trajetória do crescimento. Na segunda onda de expansão, embora sem mudança, teria havido um desenvolvimento institucional em escala maior, mas orientado para fomentar e dar foco ao papel do Estado.

A Argentina, assim, ingressava na economia mundial endividada além de suas possibilidades reais e fortemente associada com a Inglaterra. Para Thorp (1998), esse último país era historicamente um mau cliente da Argentina, ainda que o maior provedor, primeiro de artigos de consumo e depois de material ferroviário, mas isso duraria só uns anos mais. Por conseguinte, o momento e as condições de inserção da Argentina no mercado mundial não resultavam no marco adequado: a Inglaterra começava uma retirada

relativa; os Estados Unidos inundavam os mercados com uma oferta de cereais e gado em pé, que cresciam a ritmo acelerado rebaixando os preços internacionais desses produtos.

Thorp (1998) argumenta que a Argentina, dentro da América Latina, foi o país que mais se aproximava do modelo teórico da "teoria tradicional dos produtos básicos" das economias exportadoras, ressaltando como o seu crescimento estava estreitamente associado a sucessivos surtos nas exportações de mercadorias que exigiam uso intensivo da terra, tendo esta um custo de oportunidade muito baixo.

Para Bulmer-Thomas (1998), em meados do século XIX, o crescimento da economia mundial constituía a base de toda a análise sobre a política e desenvolvimento econômico da América Latina. Segundo esse especialista, em todo o subcontinente se pensava, em geral, que a melhor esperança de um rápido avanço econômico da região se baseava em uma integração mais direta com a economia mundial por meio da exportação de produtos e a importação de capitais. Em alguns países também se privilegiava a imigração européia. Outras teorias que sublinhavam a proteção das atividades nacionais que competiam com as importações, em termos mais realistas, a promoção das exportações manufaturadas, encontraram pouco apoio entre a elite política.

Nesse contexto, um bom desempenho nas exportações era a chave do êxito. Sempre que o setor exportador aumentasse, o resto da economia também teria acréscimo. Esse otimismo estava bem fundado no caso da Argentina, onde os benefícios do aumento do setor exportador estavam realmente produzindo a transformação da agricultura, das manufaturas e dos serviços nacionais. Para Bulmer-Thomas (1998), sem dúvida, a diversificação das exportações mais exitosa foi a da Argentina. A introdução de novos produtos não eclipsou os antigos, e o país simplesmente ampliou a gama de suas exportações. Em 1913 recebia divisas por uma impressionante variedade de produtos de cereais (incluíam trigo, linhaça, centeio, cevada e milho) e de gado (carne congelada e resfriada, cordeiros, lã e couros). Nenhum outro país da América Latina aproximou - se sequer da variedade e qualidade das exportações argentinas antes da IGM, que eram de tal magnitude que representavam quase 30% das rendas totais latino-americanas por exportações, embora a Argentina só abrigasse 9,5% dos habitantes da região.

Por sua vez, para Tirre (2000), a Argentina produziu sua inserção definitiva na economia internacional apenas durante a década de 1890. Nem o ciclo da lã que incorporou somente o porto de Buenos Aires e seu *hinterland*, nem os fortes vínculos estabelecidos entre os argentinos e os representantes de firmas comerciais primeiro, e com

os bancos londrinos depois, permitiram estabelecer o período anterior como o momento de inserção plena. A Grã-Bretanha, no século XIX, considerou a Argentina como um mercado para suas manufaturas, e o impulso já começou com as invasões inglesas. Os comerciantes argentinos foram os artífices dessa vinculação que constituiu o primeiro mecanismo de geração da dívida externa. Dívida que aumentou cada vez mais porque a Inglaterra não foi, até o final do século, um importante comprador da produção argentina, dentro do conjunto dos principais países da época. As dívidas que se multiplicaram em outras fizeram com que o vínculo entre a Argentina e a Inglaterra fosse essencialmente financeiro e, só em muito menor grau, comercial.

Em relação a estudos comparativos destaca-se em primeiro lugar o de Vitelli (2000, p.8), que realizou um extenso trabalho sobre os dois séculos da economia argentina, ao mesmo tempo, comparando o seu desempenho com os principais países ocidentais, entre eles o Brasil. Ao ressaltar o alto crescimento da economia argentina no período agro-exportador, o autor destaca que antes de 1900 a Argentina colocava nos mercados mundiais volumes de exportações inferiores apenas aos da Austrália, e que apesar de mais pobre e mal estruturado do que as nações mais ricas, o país prometia uma expansão econômica aparentemente inesgotável e possível. Assim, frente às posições iniciais e esperanças do princípio do século, o autor indaga quais as razões que determinaram o declínio argentino, se existiu realmente este “começo venturoso” e quando e por que se diluiu o impulso original. O caminho efetivamente proposto pelo autor para compreender os auge e declínios da economia argentina, foi obtido da quantificação no tempo de elevações e perdas do bem-estar da população argentina frente às outras nações.

Assim, o primeiro período vai até 1880 e engloba, aproximadamente, um século e meio anterior à concretização exitosa do modelo agro-exportador e teve como principal característica o aglutinamento do país, não integrado nem geograficamente, nem em relação à população. O segundo período transcorreu entre 1880, o começo da fase áurea do pampa, e 1938, quando aparece o primeiro desvio profundo entre a disponibilidade de bens e a evolução das exportações, em relação a outros países, sendo este o que condensou as esperanças do início do século XX. O terceiro compreende os anos entre 1938 e 1948, o interregno entre os dois primeiros, o aplicado desde o início do auge agro-exportador e o que se instalou depois e que transcorreu todo o século XX. O último cobre os anos que vão de 1948 até o final do século XX, caracterizado pelo maior distanciamento da economia argentina em relação às outras nações.

Em relação ao período do grande crescimento da economia Argentina, as razões apresentadas para a expansão agro-exportadora, são de ordem política e econômica. As políticas dizem respeito a conclusão das guerras políticas, a estruturação do Estado nacional e as econômicas referentes aos recursos e mudanças tecnológicas que permitiram reverter parte das restrições nas comunicações e nos transportes existentes na época anterior a 1880. Isto teria possibilitado a imediata incorporação das zonas do pampa das atividades produtivas, sendo que esta expansão deu-se sobre sete eixos puramente econômicos e tecnológicos, sendo que quatro enraizados na economia externa e três na economia interna. O impulso básico de origem externa foi o modo de produção vigente no mundo com as mudanças tecnológicas que possibilitaram a incorporação da pampa úmida, ou seja a infra-estrutura necessária para produzir e exportar os alimentos, configurando um caminho tecnológico, que até o final de 1930 não criou problemas a expansão dessa zonas do pampa. A segunda, que não foi exclusiva da Argentina, foi à demanda crescente de alimentos por parte dos países industrializados, dentro dos papéis impostos pela divisão internacional do trabalho. A terceira foi a abertura de créditos externos que levou o país ao endividamento, pela razão simples que o empreendimento pampeano baseado em um recurso natural capaz de ser incorporado a produção era altamente rentável. Além disso, os capitais internacionais que chegaram a Argentina possuíam um mercado certo para concretizar os retornos de seus investimentos e também trouxeram capitais produtivos que facilitaram a incorporação rápida das terras disponíveis a produção. E sobre esta base teve o início da produção de excedentes e investimentos nos setores complementares ao agro-exportador. Por último, a estrutura de preços relativos, com o barateamento constante dos bens industriais em relação aos produtos agropecuários, propiciou uma absorção crescente de riqueza para os produtores do campo. O primeiro de origem interna foi à posse da *pampa húmeda*, o segundo foi a formação de um mercado interno em espaços amplos e o terceiro foi a capacidade de estruturar internamente um conjunto de preços também favorável ao setor agropecuário em relação aos outros setores.

Díaz Alejandro (1985), em seu um estudo comparativo entre a Argentina, Austrália e Brasil no período anterior a 1929, inicia afirmando que o Brasil foi um país mais velho em relação aos outros, economicamente falando. Em meados do século XIX, ele já possuía uma experiência rica de história econômica através de ciclos de produtos de exportação que deixaram para trás, além de esplendida arquitetura, poucos, mas arranjos institucionais essenciais para o desenvolvimento. Desta forma, o *boom* do açúcar do século XVII

produziu o modo de produção escravocrata-latifundiária, além de um periférico setor de subsistência e o *boom* do ouro do século XVIII contribuiu para uma união nacional, embora o seu impacto sobre a renda *per capita* sustentável fosse fraco. A obtenção da independência em 1822 em um processo sem dor, entretanto não facilitou a imaginada expansão de uma revolução industrial nos trópicos, de modo que no meio do século XIX o país continuava uma sociedade rural patriarcal, com um mercado de trabalho alicerçado no trabalho escravo. Ao contrário da Argentina, o estado no Brasil por volta de 1850, já tinha construído razoavelmente fortes instituições. O tamanho do Brasil e a sua heterogeneidade geográfica levaram uma política imperial forte, embora ambígua do ponto de vista econômico, a ponto de o estado ter chamado a si mesmo de *Império*. Nesta mesma época, embora a renda *per capita* argentina não fosse muito diferente da brasileira, a diferença era que na Argentina a escravidão tinha desaparecido do Rio da Prata, deixando praticamente poucas marcas étnicas ou culturais.

Em relação a similaridades o autor ressalta que tanto o Brasil como a Argentina tiveram o seu período de crescimento orientado para exportações graças a uma expansão da economia internacional deixando para trás outras atividades: assim o vigoroso ciclo do café em São Paulo no final do século XX foi acompanhado pelo declínio de outras atividades de exportações, como açúcar e algodão; e na Argentina a expansão das exportações teve o recuo, a decadência de produtos como o charque.

Dos três países examinados, a Argentina, segundo ele, parece ter sido o mais flexível, adaptável e diversificado em relação às exportações. Assim, por volta de 1890-94, o trigo tinha se tornado líder, em 1900-94, o milho, e no período 1910-14, a carne congelada era tão importante como a lã. Contrariamente, no Brasil as exportações de café avançaram no final do século, mas só pelos anos 20 o Brasil tinha se tornado um exemplo clássico de concentração de exportações. A razão produtos exportados produtos/domésticos permaneceu mais baixo no Brasil do que na Argentina, alcançando 14% no período 1925-29, e o crescimento da Argentina foi menos prejudicado pela baixa produtividade do setor de subsistência do que o Brasil.

Em relação ao papel do Estado nos dois países, o estado brasileiro tendeu a ser mais intervencionista do que o argentino, em parte em função dos requerimentos de uma ordenada abolição da escravatura. As tarifas brasileiras tenderam a ser mais altas do que as cobradas pela Argentina e o comprometimento do Brasil com o padrão ouro foi menos profundo. Ambos os países, contudo, freqüentemente seguiram as políticas dos banqueiros

estrangeiros. A república brasileira assim como a Argentina foram inauguradas com uma entusiástica expansão de crédito. Na Argentina a expansão de bancos públicos (de províncias e nacionais) foi mais intensa no final do século XIX e os seus créditos beneficiaram influentes proprietários de terra.

Outras características foram que ambos os países, contudo, foram brindados com terra virgens, mas a Argentina foi capaz de gerar maiores renda da terra para proprietários de terra infra-marginal e em ambos os países os proprietários da terra se transformaram em importantes agentes políticos antes de 1929.

Os dois países tiveram experiência na imigração, mas como políticas diferenciadas e com importantes efeitos sobre o crescimento e distribuição. No Brasil depois da abolição dos escravos em 1880s, com uma enormidade de trabalho barato existindo dentro do país, os proprietários de terra de São Paulo pressionaram o governo a procurar imigração subsidiada da Europa e do Japão sendo que a imigração interna permaneceu surpreendentemente pequena até 1920. Na Argentina, a imigração requereu poucos, se algum, subsídios. Ao contrário, com a população de 2,5 milhões em 1880, recebeu 3,2 milhões de imigrantes durante 1880-1910, mais que 80% da Itália e Espanha. Tal como no Brasil a imigração interna foi lenta na Argentina, parecendo mais fácil trazer trabalhadores sazonais da Europa do que do norte da Argentina, mesmo quando havia quantidades de trabalhadores argentinos ganhando salários menores. A existência de trabalho barato coexistindo com a imigração em ambos os países, indicava para Díaz Alejandro (1985), que o mercado doméstico de trabalho era segmentado por cultura, preconceito e talvez por política.

O autor Lewis (1985) também realizou um estudo comparativo em relação aos processos de construção das estradas de ferro e da industrialização da Argentina e do Brasil para o período 1870-1929. Segundo ele na metade do século XIX a maioria dos governantes da América Latina estava ansiosos para aumentar a qualidade do capital social fixo, mas poucos estados foram tão longe como a Argentina cuja Constituição de 1853 incorporou uma obrigação para a construção das Estradas de Ferro. O ímpeto para adotar as estradas de ferro veio de algumas fontes: consolidação do território foi primordial, particularmente em regiões onde as fronteiras eram mal definidas ou onde vastas áreas eram povoadas por índios selvagens. Segurança, contudo, não era meramente conceituada em termos de ameaça de agressão externa: instabilidade doméstica, rivalidades regionais e antagonismo eram forças igualmente potentes confrontando o governo central. A

construção das mesmas foi vista como essencial para a aplicação da autoridade nacional nas províncias. No caso brasileiro, após a Guerra da Tríplice Aliança, o Governo Imperial embarcou em um programa de larga escala de construção no sudeste do Brasil com a intenção de remediar o inadequado estado de comunicações que a região revelou durante a guerra.⁶ Para Lewis (1985), assim, a maior parte das estradas de ferro construídas na zona do café e no pampa argentino no final do século XIX e no começo do século XX facilitaram o fluxo das exportações: algumas linhas eram projetadas com este objetivo, mas muitas eram projetadas como primariamente servindo necessidades endógenas. Mas independente das motivações iniciais, durante o século XX a rede consolidada nacional servia os requerimentos domésticos tanto quanto os da demanda do comércio externo.

A rede argentina, que estava mais ou menos ao redor de 1200 milhas em 1875, mais que dobrou por volta 1885 e dobrou novamente pelo fim da década, dobrando uma vez mais pelo fim do século. Em 1920 chegou a 21,000 milhas em 1935, 25,000 milhas. Agrupamento de zonas integradas eram dominantes por 1914, ligando todas regiões principais para a capital federal e também providenciando alguns troncos de rotas estratégias intraregionais, em acréscimo para Buenos Aires, sobre os principais portos de Rosário e Bahia Blanca.

A expansão das estradas de ferro no Brasil foi menos dramática estando em 1100 milhas em 1875, 17,720 milhas em 1920 e aproximadamente 20,700 em 1939. Na queda do Império somente o centro - principalmente da costa- do Brasil possuía uma rede de estradas de ferro efetiva, embora houvesse agrupamentos regionais no nordeste e no sul. Não foi até os anos 1920s que os distritos oeste de café de São Paulo estivessem ligados neste sistema, e uma rede relativamente densa não existiu até 1940s.

Lewis (1985) afirma que normalmente são vistos como consequência das estradas de ferro: integração, imigração e a resultante expansão das atividades rurais geradoras de renda, crescimento de mercado regional acelerado com a difusão de uma economia monetária e aumento do poder de compra doméstico. A extensão na qual esses processos apadrinharam a industrialização doméstica tem, contudo, sido questionado, em termos gerais e específicos com vista às estradas de ferro. Assim, o impacto da construção das estradas de ferro pós-1880 paulista e da argentina foi provavelmente o fator mais diretamente encorajando o crescimento industrial doméstico. O uso produtivo de novas

⁶ Cabe lembrar que a construção das estradas de ferro ao longo das fronteiras sudeste e oeste no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná também visou reforçar a hegemonia geopolítica do Brasil na sensível zona de

terras do pampa ocasionado pelo corrida para o oeste da fronteira de grãos e gado produziu uma oferta de baratos de alimentos que subscreveu o consumo de bens salários. É quase uma tautologia argumentar que especulações concernentes ao impacto da construção das estradas de ferro no planalto e nos pampas devem tomar conhecimento da inclinação rural das atividades econômicas nestas regiões. A tendência dominante das atividades agrárias leva a superenfatizar a importância das estradas de ferro como expressão do industrialismo, dado que os encadeamentos entre industrialização e as estradas de ferro foram de uma forma predominantemente passiva.

Finalmente para Lewis (1985), as estradas de ferro não ativaram diretamente a expansão de um setor manufatureiro grande e dinâmico. Ao melhorar e expandir o sistema de transporte, as estradas de ferro serviram para integrar o mercado, nos níveis provincial, regional ou sub-nacional. Conseqüentemente, embora as vantagens locais específicas fossem assim outorgadas sobre um limitado número de indústrias, a importância do desenvolvimento das estradas de ferro deve ser buscada na função distributiva da intensa rede das estradas de ferro - facilidades que encorajaram o embarque dos produtos manufaturados. A evidência para o Brasil indica que vários aspectos do gerenciamento corporativo e a institucionalização de algumas práticas de negócios foram largamente difundidas na sociedade dos fazendeiros.

Em suma, com base no exame da literatura sobre as histórias econômicas da Argentina e do Brasil, constata-se a existência de vários elementos comuns paralelamente à identificação de pontos divergentes relevantes que suscitam a realização de uma comparação da trajetória dessas duas economias, salientando as semelhanças e divergências encontradas. Isto é o que será examinado a seguir.

2. Semelhanças e divergências nos padrões de crescimento econômico brasileiro e argentino no período 1870-1930

Quando se examina a trajetória histórica do Brasil e da Argentina, o primeiro fato que chama atenção é que ambos possuíam duas características iniciais semelhantes aos chamados países de "colonização recente" ou de "povoamento": grandes extensões de terra e população escassa. No entanto, os seus desenvolvimentos não foram semelhantes, com desdobramentos importantes no que se refere, por exemplo, à produtividade do trabalho e à distribuição de renda. Uma diferença importante é que enquanto a Argentina tinha menos

comprometimento com tradições e hábitos provindos de épocas anteriores, o Brasil herdou pesadas estruturas institucionais e culturais.

Outro fato marcante detectado é que enquanto o Brasil não teve crescimento significativo no século XIX, a Argentina, ao contrário, experimentou um forte crescimento neste período. O Brasil, ao aproximar-se do fim do século, passou a ter sua velocidade de desenvolvimento aumentada e, daí em diante, o país tomou o caminho da expansão econômica sustentada e de mudanças estruturais. A Argentina interrompeu essa trajetória na segunda metade do século XX, passando por vários períodos de crise, contrariamente ao Brasil, que teve um de crescimento mais sustentado. Assim, no século XX ambos os países experimentaram vários períodos de auge e declínio, muitos deles previsíveis e devidos a circunstâncias externas, como a Grande Depressão e a I e a II Guerra Mundial, mas sempre com especificidades próprias.

O Brasil e a Argentina apresentaram também tempos históricos diferentes no início de seus processos de desenvolvimento. O Brasil constituía-se em um o país mais antigo no sentido econômico, pois no início do século XIX já tinha experimentado a ocorrência de vários ciclos de exportações que marcaram o país em vários sentidos, principalmente no aspecto institucional. Assim, o ciclo do açúcar do século XVII produziu a escravatura e instituiu o latifúndio, além de um pequeno setor de subsistência e o do ouro do século XVIII. Apesar de ter tido um papel importante para a agregação do país não teve um impacto forte sobre a renda, pois em meados do século XIX o Brasil ainda continuava uma sociedade rural e patriarcal.

Nos séculos XVII e XVIII, a Argentina caracterizava-se pela existência de várias economias regionais de subsistência, separadas umas das outras, produzindo basicamente para o mercado interno e com baixos níveis de produtividade. No entanto, por volta de 1860, entrou em uma etapa de transição com a emergência da atividade econômica que iria vinculá-la ao mercado mundial: a produção de couros e outros produtos ligados à criação de gado. Esse período também se notabilizou pela declaração de sua independência da Espanha e pelo aproveitamento da situação geográfica do porto de Buenos Aires como pólo de integração do país aos mercados mundiais. Em torno de 1870, o país passou a ligar-se fortemente ao mercado internacional, iniciando o seu período mais fecundo de crescimento, com base na principal atividade que caracterizou o grande crescimento da economia argentina - a exportação de produtos de origem primária: gado e cereais, período de tal destaque a ponto de ser denominado *Belle Époque*. Assim, a Argentina, no século

XIX, apesar de contar com um importante contingente de manufaturas, ainda constituía-se em uma economia essencialmente agrário-exportadora, com grande participação do setor de exportação.

A Argentina, desde o início de sua história caracterizou-se como exportadora de produtos primários e importadora de produtos manufaturados ingleses. O país detinha uma grande quantidade de recursos naturais que lhe assegurava posição relativa privilegiada para um mundo não-europeu. Além disso, possuía grandes extensões territoriais, população escassa e baixa poupança interna e sempre contou com elevados e constantes investimentos britânicos.

O Brasil, contrariamente ao acontecido na Argentina, experimentou realmente um crescimento somente no final do século XIX. O *boom* vigoroso do café em São Paulo no final do século XIX aconteceu com o declínio de outras atividades de exportação, como açúcar e algodão. Na Argentina, a expansão da exportação de carnes e cereais ocorreu com o recuo do charque.

Por outro lado, a Argentina parece ter sido mais flexível, mais adaptável, na diversificação das exportações. Por volta de 1890-94, o trigo tinha se tornado o produto líder, em 1900-04, o milho, e, em 1910-14, a carne congelada era tão importante quanto a lã. No Brasil, a exportação do café avançou no final do século, mas só pelos anos 20 é que o país se tornou um exemplo clássico de concentração de exportações.

Uma das mais importantes características da economia argentina do século XIX foi a grande importância do setor bancário. É necessário destacar que a forte ligação das atividades bancárias aos poderes das Províncias e ao capital externo levou o país a sofrer crises bancárias muito prematuramente. Ao mesmo tempo, a Argentina, ao longo de sua história, esteve sempre ligada ao padrão ouro, sendo que as várias tentativas da sua adoção com sucessos e fracassos, trouxeram várias implicações para o comportamento da economia argentina. No Brasil, contrariamente, o setor bancário só foi desenvolver-se no século XX e diferentemente da Argentina o país não teve uma ligação nem constante nem profunda ao padrão ouro.

O Estado teve um papel relevante tanto no desenvolvimento econômico argentino como no brasileiro, embora com papéis diferenciados. O desenvolvimento do setor estatal argentino propriamente dito foi mais lento e se caracterizou por ser menos intervencionista do que os dos demais países da América Latina. Assim, ao contrário da Argentina, o Brasil em 1850 já tinha desenvolvido razoáveis instituições estatais. O tamanho do Brasil e a sua

heterogeneidade geográfica fizeram com que a política do Império fosse mais forte, embora ambígua do ponto de vista econômico. O fato de o estado brasileiro ter tendido a ser mais intervencionista do que o argentino é explicado, em parte, pelos requerimentos de uma ordenada abolição da escravatura. Apesar das tarifas argentinas terem sido uma forma de intervenção estatal vigente na época com repercussões importantes na promoção das manufaturas, as tarifas brasileiras também sempre tenderam a ser mais altas do que as da Argentina, tendo o Brasil inclusive desde 1900 garantido os preços internacionais do café. Nos dois países, o estado também foi instrumento na determinação da política de imigração e na legislação de posse da terra⁷, tendo assumido importância crítica na provisão de infraestrutura: transporte (estradas de ferro e navios), facilidades para fabricação, e mesmo assistência científica e tecnológica, tanto à carne como aos cereais.⁸

No Brasil a escravidão desempenhou um papel vital nas primeiras atividades econômicas, deixando profundas marcas em toda a história posterior do país, ao contrário da Argentina, onde não foi relevante, sendo que a sua pequena participação econômica não deixou traços étnicos e culturais no país. Ambos os países contaram para o seu crescimento com grandes contingentes de imigrantes europeus. O fato de a imigração ter iniciado mais cedo na Argentina, bem como a colocação dos imigrantes em atividades diferentes do Brasil, teve uma influência importante na diferença de desenvolvimento entre os dois países.

Tanto a Argentina como o Brasil foram capazes de gerar larga renda da terra para proprietários de terra infra-marginal, mas com diferenças expressivas e regionais em relação ao seus montantes. A geração de valores mais expressivos pelos proprietários de terra da Argentina marcou vários aspectos do país, tanto nas relações econômicas como até

⁷ Silva e Secreta (1999), em um estudo sobre as diferenças entre a apropriação territorial na Argentina e no Brasil para o período 1820-1920, concluem que a ocupação territorial nos dois países quase não implicaram na expansão de suas fronteiras externas, mas que enquanto na Argentina o processo de ocupação econômica da fronteira andou estreitamente associado à formação do estado, caracterizando assim mais fortemente um processo tanto político- no sentido- quando econômico, no Brasil esta simultaneidade é menos marcante.

⁸ Abreu (2000), examinou as políticas comerciais da Argentina e Brasil antes de 1930, tendo como variável as suas políticas externas nas suas opções entre o protecionismo, liberalismo e intervenção estatal. Segundo o autor, enquanto o nível de proteção da Argentina antes de 1930 foi relativamente baixo, no Brasil ele foi bastante alto ao menos desde os 1880s e que quando se menciona a Argentina como um país de tarifas elevadas em 1910 isto só é verdade no contexto de comparação com outras *staple* economias, como o Canadá e a Austrália. Na Argentina a mudança substancial em direção à proteção no século XX veio mais tarde em comparação com o Brasil, sendo que talvez ela tenha sido usada como rejeição do sistema mundial. A sua principal conclusão é que no Brasil houve a convergência dos interesses entre exportadores de café, industriais e os investidores dos cafeicultores tendo o país optado por um regime de tarifa de importações altas, de conformação *rent-seeking* na valorização do café, enquanto na Argentina houve um compromisso com as políticas liberais, tanto dos interesses dos exportadores, quanto dos segmentos da classe operária.

nos aspectos arquitetônicos da época, conforme pode ser comprovado em várias obras suntuosas da cidade de Buenos Aires aos moldes de Paris. Em ambos os países a renda da terra também possibilitou que os proprietários da terra adquirissem poder político, a ponto de transformá-los em importantes agentes políticos, principalmente no período anterior a 1929.

Outra das características mais importantes da Argentina do século XIX foi a sua estreita relação comercial com a Inglaterra, com os conseqüentes investimentos ingleses no país. A construção das estradas de ferro, largamente financiada por capital inglês, por exemplo, teve um papel fundamental no desenvolvimento da economia argentina no decorrer do século XIX e início do século XX. A hegemonia inglesa acompanhou o país durante todo o século XIX e essa situação só foi modificada no século XX com a emergência dos Estados Unidos, mas isso apenas após um período de isolamento no início desse século, sendo que a aproximação aos Estados Unidos só aconteceu no final da era Perón. Contrariamente, no Brasil, a construção das estradas de ferro só aconteceu efetivamente no XX, não desempenhando igual papel no desenvolvimento econômico do país. Os capitalistas britânicos investiram pouco no país, mas cabe destacar que eles não foram travados por costumes ou normas culturais brasileiros, sendo a explicação mais recorrente a da baixa remuneração ou retorno do capital do Brasil. Isto explica por que apesar do seu tamanho significativo, o país não recebeu uma grande porcentagem dos investimentos totais britânicos no exterior, nem da América Latina.

A construção das estradas de ferro no Brasil, embora tardia, contribuiu para melhorar a produtividade agrícola do país que fora prejudicada pela deficiência dos meios de transportes. Além disso, as estradas, que haviam sido construídas com o objetivo principal de transportar produtos primários de exportação para os portos passaram a carregar grandes volumes de bens produzidos para o setor interno da economia. Tudo isto fez cair os preços dos fretes o que fez com que no final do século XIX a economia brasileira passasse a apresentar taxas mais altas de crescimento a longo prazo.

Na Argentina, a construção das estradas de ferro, apesar de requerida pelas oportunidades do comércio externo, ao permitir o acesso às novas regiões e à integração efetiva de algumas já existentes, também desempenhou o mesmo papel relevante que no Brasil na promoção da consolidação nacional, em termos geográficos. Neste país a vinda das grandes empresas de estradas de ferro só aconteceu com o ingresso do capital britânico, fazendo com que os dois movimentos fossem simultâneos e inseparáveis. A rede

argentina tornou-se a maior e mais importante da América Latina, sendo que duas companhias de capital inglês - o Ferrocarril Central Argentino e o Ferrocarril Gran Sud-ocuparam os primeiros lugares no sistema. A importância das estradas de ferro pode ser medida pelo tratamento a elas dispensado pelas autoridades argentinas, onde se destacam a garantia de 7% sobre o capital e a concessão de uma légua de terra em cada lado do leito da estrada, principalmente nas proximidades das grandes cidades. O período da construção das estradas de ferro já estava bastante consolidado em 1890, existindo 21 companhias privadas e 3 estatais, integrando e dominando todas as zonas estratégicas da região do pampa, trazendo uma substancial redução nos custos de transporte e assumindo aproximadamente 80% da produção total transportada.

A economia argentina dos séculos XIX e XX não apresentou um crescimento linear, mas períodos de grande crescimento seguidos de quedas e de recuperações usualmente lentas. O que confere um caráter peculiar ao caso argentino é sua incapacidade de manter taxas razoáveis de crescimento durante longos períodos, destacando-se também a demora cada vez maior em recuperar os níveis prévios. Além disso, os elementos que caracterizaram o extraordinário período de crescimento econômico explicam tanto a fase de expressivo crescimento como também a da crise ou do esgotamento do modelo no início do século XX. A Argentina, assim, seria um caso diferenciado de crescimento dos demais países de povoamento recente, pois mesclou elementos diferenciados de crescimento e crise. Alguns aspectos diferenciadores, tais como a Campanha do Deserto, as crises bancárias e a falta de estabilidade no crescimento atribuem especificidades ao caso argentino que os demais países que cresceram e mantiveram esse crescimento não tiveram.

De modo geral, pode-se estabelecer que dentro do século XIX os anos próximos a 1870, que representam o começo de uma era de prosperidade para a economia mundial, marcam principalmente o início de um período extraordinário de crescimento e riqueza para a economia argentina. Outro ponto de inflexão são os anos próximos à I GM, quando a prosperidade argentina já mostrava sinais de exaustão, e os anos vinte com a Grande Depressão de 1929.

O Brasil teve um crescimento lento ao longo de todo o século XIX e uma aceleração do ritmo do progresso próximo do final do século, sendo o início do desenvolvimento sustentado do país, normalmente assinalado para o período posterior a 1890. Em consequência, o século XIX é considerado como um período de atraso econômico para o Brasil. Houve um aumento da força de trabalho em comparação com a

taxa de formação de capital e progresso técnico, sendo que os custos de transporte constituíram outro elemento decisivo no retardo econômico do Brasil do século XIX. Em parte por causa dessas condições, que impediram o desenvolvimento do setor agrícola doméstico, as exportações transformaram-se em principal escoadouro para os produtos de valor de valor mais alto *per capita* no Brasil do século XIX.

Por conseguinte, este país não foi uma economia exportadora clássica. As condições que, em outros países subdesenvolvidos, facilitavam grandes vazamentos externos e efeitos secundários pequenos do comércio externo em expansão sobre a economia interna foram muitos atenuados no Brasil. Assim, o comércio internacional exerceu poderosos efeitos reforçadores sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, apesar do Brasil não poder ser caracterizado com dependente de exportações, - a participação das exportações no PIB entre 1911-13 foi em média de 16%.

No século XX, a economia brasileira teve um crescimento sustentado, embora apresentando vários períodos críticos. Essa mudança de padrão pode ser creditada às políticas públicas, à construção de estradas e às políticas de valorização do café, com os programas de valorização envolvendo tributação das exportações, políticas intervencionistas de manutenção de estoques e, ocasionalmente, controle da produção de café.

Tanto o Brasil como a Argentina partiram para o modelo industrial substitutivo de importações quando suas economias primário-exportadoras entraram em declínio. Porém, a configuração de seus parques industriais foi diferenciada, assim como os seus comportamentos cíclicos. Em 1919 o Brasil já obtinha substancial sucesso na substituição de importações.

A industrialização brasileira nos primeiros tempos contou com o respaldo da proteção do poder público contra as importações. Parece ter sido relativamente elástica a oferta de fatores para o desenvolvimento industrial, e seu ritmo foi pautado na maior parte pelo crescimento do mercado interno. Este último dependia de duas condições: expansão da demanda e da substituição de importação.

Em relação à atividade industrial argentina do período, a principal característica é que elas já iniciaram seu desenvolvimento fortemente ligado ao setor agropecuário e assim as disponibilidades das matérias primas. No período 1900-1914 o crescimento industrial foi liderado pelas indústrias frigorífica, alimentícia e têxtil, sendo que a têxtil continuou seu

papel dinâmico até a década de 1940, quando a liderança passou a ser da indústria metalúrgica.

Por sua vez grande parte do crescimento da indústria manufatureira argentina anterior a 1930 estava diretamente ligada à expansão das exportações, com as atividades mais modernas ligadas à produção de alimentos, destacando-se entre elas os grandes estabelecimentos frigoríficos, as fábricas de cerveja, os moinhos de trigo e engenhos de açúcar. A indústria têxtil já apareceu ligada à indústria de alimentação, no princípio com componentes importados, situação que foi sendo alterada na medida em que se expandia o cultivo do algodão no país, o que possibilitou o crescimento da indústria de fio de algodão em substituição ao importado ocorrendo menor escala o mesmo com a lã.

Considerações Finais

Este estudo objetivou identificar traços comuns e divergentes das histórias econômicas argentinas e brasileiras buscando desenhar algumas características das trajetórias econômicas desses países entre 1870-1930.

Tanto a Argentina como o Brasil, desde o início de suas histórias caracterizaram-se por serem países exportadores de produtos primários e importadores de produtos manufaturados ingleses. Ambos gozaram de recursos naturais que lhes asseguraram posição relativa privilegiada para um mundo não europeu. Ambos tinham grandes extensões territoriais, população escassa e baixa poupança interna. A Argentina, contrariamente ao Brasil, contou com grandes e constantes investimentos britânicos. Ambos os países tinha uma alta relação terra e trabalho, não sofrendo de excesso de mão-de-obra como a maioria dos países subdesenvolvidos, e poderia se esperar que ambos tivessem um modelo de crescimento sustentado com produtividade do trabalho e distribuição de renda, o que, contudo, não ocorreu.

O Brasil e a Argentina apresentaram tempos históricos diferentes no início de seus processos de desenvolvimento. O Brasil constituía-se em um o país mais velho, economicamente falando com um passado proveniente de períodos anteriores ao século XIX. Também não experimentou um crescimento significativo no século XIX, mas no final do século iniciou um período de expansão econômica com menos oscilações no século XX do que a Argentina. Esta última vivenciou um crescimento extraordinário, a partir do final da década de setenta, a chamada *Belle Époque*. Ao longo do século XX ambos os países experimentaram vários períodos de auge e declínio, muitos deles

previsíveis e devidos a circunstâncias externas, como a Grande Depressão e a I e a II Guerra Mundial, mas sempre com especificidades próprias.

A Argentina contou, além dos grandes investimentos de infra-estrutura, com grandes contingentes populacionais, devido ao peso relevante da imigração, o Brasil, ao contrário, contou com um pequeno estoque de capital humano, pois não soube utilizar corretamente o legado trazido pelos imigrantes, diferentemente da Argentina e tinha que administrar um passado escravocrata.

Na verdade nenhum dos dois países possuiu todas as características, ou eram verdadeiramente "países de colonização recente", mais acentuadas no caso brasileiro, pelo peso mais forte das tradições burocráticas, da escravidão e da monarquia. Além disso, ficou livre da dominação imperialista que avançou sobre os países latino-americanos após sua independência ou da grande instabilidade políticas, como a Argentina, e também não teve os problemas intrínsecos ao crescimento voltado para as exportações enfrentadas pela Argentina ao longo de sua história. A Argentina, por outro lado, desenvolveu uma sociedade com menos problemas de distribuição de renda, analfabetismo e capital humano do que o Brasil.

Referências

- ABREU, Marcelo de Paiva. Contrasting histories in the political economy of proteccionism. *Economia*. Niterói- Rio de Janeiro: v.1,n.1, p.93-110, jan. 2000.
- BULMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde la independencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- CASTRO, Antonio Barros. *7 Ensaios sobre a agricultura brasileira*. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Forense, 1972.
- CARDOSO, C. F. e BRIGNOLI, H. *Os métodos da História*. Biblioteca de História v.5, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- CORTÉS CONDE, R. Problemas del crecimiento industrial de la Argentina (1870-1914). *Desarrollo Económico Revista de Ciencias Sociales*. Buenos Aires: v. 3 n.1-2, abril-setiembre, 1963.
- CORTÉS CONDE, R. *La economía argentina en el largo plazo (siglos XIX y XX)*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana Universidad de San Andrés, 1997.
- DI TELLA, G. e PLATT, D.C.M. *Argentina, Australia and Canada*. Studies in comparative developmente 1870-1965. Oxford: St. Antony's College, 1985.
- DÍAZ ALEJANDRO, C. F. *Essays on the economic history of the Argentina Republic*. New Haven: Yale University Press, 1970.
- DÍAZ ALEJANDRO, Carlos. Argentina, Australia e Brazil before 1929. in Platt, D. C. M. and DI TELLA, G. *Argentina, Australia and Canada. Studies in Comparative Development. 1870-1965*. St Antony's College, Oxford, 1985.
- FERRER, A. *La economía Argentina; las etapas de su desarrollo y problemas actuales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1995.

- FISHLOW, Albert. *Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil*. REE, v. 2, nº6, 1972.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Nacional. Rio de Janeiro, 1959.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, 1963.
- GORENDER, J. *O Escravismo colonial*. São Paulo, Attica, 1978.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *História contemporânea de la America Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- LEFF, N. *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil, V. I e II*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1991.
- LENZ, Maria Heloisa. *Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. 406 p. Mimeografado.
- LEWIS, M. Colin. *Railways and Industrialization: Argentina and Brazil, 1870-1929*. in *Latin America, Economic Imperialism and the State: The Political Economy of the External Connection from Independence to the Present*. Edited by Christopher Abel and Colin Lewis. Athlone Press, London and Dover, New Hampshire, 1985.
- PELAEZ, C. M. *História da Industrialização no Brasil*. ANPEC, 1972.
- PRADO JUNIOR, *Formação do Brasil contemporâneo colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- PREBISCH, R. *A dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Fundo de Cultura, 1963.
- RAPOPORT, M. y Colaboradores *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)*. Ediciones Macchi, Buenos Aires 2000.
- RAPOPORT, M. El Modelo agroexportador argentino, 1880-1914. In: RAPOPORT, Mario. (Compilador). *Economía e Historia. Contribuciones a la historia económica argentina*. Buenos Aires, Editorial Tesis, 1988.
- SILVA, L. M. e SECRETO, V. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, (12): 109-41, jun. 1999.
- TAVARES, M. da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Zahar, 1972.
- THORP, Rosemary. *Progresso, pobreza e exclusão. Uma história econômica da América Latina no século XX*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento e União Européia, 2000.
- TIRRE, Emilce. *La inserción de la Argentina en la economía mundial. Desde la organización de la nación hasta la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires: Editorial Economizarte, 2000.
- VERSIANI, F. R. e VERSIANI, M. T. *A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma contribuição*. REE, IPE/USP, v.5, nº1, 1975.
- VILLELA, A e SUZIGAN, V. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945*. IPEA, Séries Monografias nº10, 1973.
- VITELLI, Guillermo. *Los dos siglos de la Argentina- Historia económica comparada*. Buenos Aires: Prendergast Editores, 1999.
- WATKINS, M. A staple theory of economic growth. *The Canadian Journal Of Economics and Political Science*. Montreal: XXIV, 1963.
- WERNECK SODRÉ, N. *Formação histórica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1979.